

RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.958 - RS (2018/0314111-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PR021777**
NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS041666
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441
RECORRIDO : **VALTER VALERIO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **LUCIA ARPINI VALERIO - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **JOSÉ DÉCIO DUPONT E OUTRO(S) - RS007737**
GILBERTO ANTÔNIO SPILLER - RS006784
ALESSANDRO SPILLER - RS037848
BÁRBARA RAVANELLO - RS059662
JÉSSICA POSTINGHER - RS111439

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO PARALISADO POR TEMPO SUPERIOR AO DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL VINDICADO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. CONTRADITÓRIO ATENDIDO.

1. Ação de execução de título extrajudicial (nota promissória), ajuizada pelo recorrente, em face dos recorridos.
2. Conforme consolidado pela 2ª Seção do STJ no Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, incide a prescrição intercorrente, nos processos regidos pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.
3. O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).
4. Em respeito ao princípio do contraditório, deve o juiz, antes de pronunciar a prescrição intercorrente, intimar o credor-exequente a fim de que possa opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.
5. Hipótese em que, segundo as diretrizes firmadas pelo acórdão paradigma - ressalvado o posicionamento pessoal desta Relatora -, implementou-se o prazo da prescrição intercorrente, tendo sido atendido o princípio do contraditório mediante a intimação do exequente.
6. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo

constitucional.

Ação: execução de título extrajudicial, ajuizada pelo recorrente, em face de VALTER VALERIO - ESPÓLIO, na qual pretende o pagamento de nota promissória no valor de R\$ 57.200,00 (cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Sentença: acolheu a exceção de pré-executividade suscitada pelo recorrido e extinguiu o processo, com resolução do mérito, nos termos dos arts. 487, II, do CPC/15, em virtude do reconhecimento da prescrição intercorrente.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.092. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

Consoante entendimento doutrinário, para que seja caracterizada a prescrição intercorrente (no âmbito do processo civil) faz-se necessário o preenchimento concomitante de dois requisitos: 1) que o credor permaneça inerte, deixando de praticar atos processuais, bem como 2) que a ausência de movimentação perdure pelo mesmo prazo prescricional incidente sobre a pretensão da ação principal. Inteligência da Súmula nº 150 do STF.

Nesse sentido, e filiando-me aos fundamentos do acórdão que julgou o REsp nº 1.522.092, mostra-se imprescindível a intimação pessoal prévia do credor, nos termos art. 9º e 10 do CPC/2015, não para que dê andamento ao feito, mas em estrita observação ao princípio do contraditório. Entendimento que vem ao encontro das disposições do Código de Processo Civil de 2015 e evita a insegurança jurídica.

Hipótese em que a conduta da instituição financeira ora apelante se revela nitidamente desidiosa, a prolongar a tramitação do feito por longo prazo sem que tenha obtido qualquer resultado útil nesse período.

Precedentes desta Corte e do STJ.

Ante o resultado do julgamento, impositiva a majoração dos honorários sucumbenciais devidos aos patronos das partes executadas. Apelação cível desprovida. Recurso adesivo provido. Unânime. (e-STJ fl. 503)

Recurso especial: alega violação dos arts. 921, §§ 2º e 3º, e 1.056 do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Insurge-se contra o reconhecimento da prescrição intercorrente. Assevera que o termo inicial do prazo prescricional deve ser o início da vigência do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta a ausência de intimação do recorrente para dar andamento ao processo.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça

Apesar do entendimento diverso desta Relatora quanto ao tema, a 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, em 27/06/2018, uniformizou as seguintes teses acerca da prescrição intercorrente nas execuções ajuizadas antes da vigência do CPC/2015:

(i) Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002;

(ii) O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980);

(iii) O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual); e

(iv) O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas

as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

- Da hipótese dos autos

Cuida-se de execução de título extrajudicial lastreada em nota promissória, cujo prazo de prescrição do direito material vindicado é de 3 (três) anos.

Conforme consignado no acórdão recorrido, o recorrente não praticou qualquer ato processual entre 07/10/2005 e 23/07/2013 (e-STJ fl. 512).

Verifica-se, portanto, que, após o transcurso de um ano, a execução ainda ficou paralisada por mais de 6 (seis) anos, sem qualquer impulso pelo recorrente.

Além disso, observa-se que, conforme consignado no acórdão recorrido, antes de pronunciada a prescrição intercorrente, o exequente foi intimado a se manifestar (e-STJ fl. 514), restando, pois, atendido o princípio do contraditório.

Assim, observadas as diretrizes fixadas por este Tribunal – ressalvado o entendimento pessoal desta Relatora quanto ao tema –, deve ser mantida a extinção do processo pela prescrição intercorrente.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento nos arts. 932, IV, "c", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 20% o valor dos honorários fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta

decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

